

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO



1 – Nome da prática.

Neste campo deve ser criado um nome para a prática a ser registrada no Banco de Boas Práticas.

"Programa família Acolhedora"

2 – Unidade.

Informar em qual unidade a prática está sendo realizada e, caso seja aprovada, esta será a unidade que receberá a pontuação referente à Aferição Padronizada Juízo Proativo.

São Sebastião (Vara do Único Ofício)

3 – Equipe (nome e contato).

Informar o nome, telefone e e-mail do autor responsável pela idealização e implantação da prática e do servidor que fará a apresentação aos Avaliadores de Boas Práticas (ABP).

Autor da prática:

Thiago Augusto Cooper de Moraes

Servidor que fará a apresentação aos ABP:

Thiago Moraes

4 – Data da implementação.

Informar o mês e o ano em que a prática foi implementada.

A prática está implantada desde: 02 / 2020 (mês/ano)

Observações: _____

5 – Área de aprimoramento.

*Marcar a opção pertinente. Caso seja marcado o **item H**, descrever a área desenvolvida.*

- () A - Processos de trabalho.
- () B - Prestação dos serviços.
- () C - Satisfação do público alvo.
- () D - Alcance das metas estratégicas.
- (X) E - Práticas sociais.
- () F - Práticas ambientais.

- () G - Otimização de despesas.
() H - Outros aspectos significativos aos serviços: _____

6 – Descrição da prática.

Descrever a prática detalhadamente, informando a situação anterior e a atual, além dos custos para operacionalizá-la, se houver.

Parceria com o Poder Executivo para cadastrar famílias aptas a acolher crianças e adolescentes em situação de risco, mediante subsídio financeiro e operacional, com formação e acompanhamento por equipe técnica auxiliar do juiz.

7 – Objetivos.

Informar quais os objetivos buscados para que houvesse o desenvolvimento da prática.

Buscar alternativas ao acolhimento institucional, que se revela traumático, possibilitando a inserção de crianças e adolescentes em ambiente familiar treinado para recebê-lo, com ajuda financeira pelo CMDCA.

8 – Resultados.

Informar quais os resultados alcançados até o momento.

Elaborado Projeto de lei municipal, a partir da Portaria do juiz, regulamentando a prática, havendo casos exitosos de acolhimento excepcional e transitório.

9 – Fundamentação (campo não obrigatório).

Informar qual a fundamentação legal correlata.

art. 227, §3º, da CF; art. 34, da Lei 8.069/90 (ECA); Lei 12.010/09; e Resolução Conjunta nº 1/06 do CNAS e do CONANDA.

10 – Observações (campo não obrigatório).

Campo para os demais esclarecimentos.
